



A IMPLANTAÇÃO DO PROEJA NO PARANÁ: ANÁLISE A PARTIR DA PERCEPÇÃO DE ALUNOS E PROFESSORES

Márcio Luiz Bernardim – UNICENTRO/UFPR

Céli Mariano Jorge – UFPR

Resumo: Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa sobre o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), a partir do estudo da legislação, da implantação dessa modalidade na rede estadual de educação do Paraná e da análise dos dados de uma pesquisa realizada pelo Departamento de Educação e Trabalho (DET) da Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED/PR), em todos os estabelecimentos de ensino que implantaram essa modalidade no primeiro semestre de 2008. Os dados quantitativos e qualitativos obtidos auxiliaram na análise e discussão das especificidades dessa modalidade e na compreensão dos problemas a partir da percepção dos atores diretamente envolvidos, possibilitando identificar o seu potencial e limites, dadas as condições históricas concretas de implementação das políticas educacionais.

Palavras-chave: Educação, Trabalho, Educação Profissional, Política Educacional, PROEJA.

Introdução

O Programa de Integração da Educação Profissional a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), instituído pelo Decreto Federal nº 5.840/06, com o objetivo expresso de atender aos jovens e adultos com mais de 18 anos que não puderam concluir a educação básica na idade considerada apropriada, apresenta a possibilidade de integração da formação geral com a formação para o trabalho num mesmo curso.

Foi instituído como política de inclusão, numa perspectiva de justiça social para os jovens e adultos trabalhadores que ficaram à margem do processo de escolarização e com o compromisso de emancipação, conforme expressam seus documentos legais de criação (BRASIL, 2006a).

Nessa perspectiva, o PROEJA implantado pela SEED/PR apresenta um currículo, elaborado coletivamente pelos professores para a oferta dessa formação, que contempla os conhecimentos da cultura geral e da educação para o trabalho de forma integrada. Para a elaboração do currículo, foram observadas as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio da

SEED/PR, levando-se em conta o perfil dos educandos de EJA, seus saberes e o tempo de afastamento dos estudos, conforme expressa o Documento Orientador do PROEJA no Paraná (PARANÁ, 2008).

Esse currículo busca efetivar uma integração num sentido amplo (entre os conhecimentos, as disciplinas, os conteúdos e os professores), conforme a concepção de Ciavatta (2005, p.84): “no seu sentido de completude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso, de tratar a educação como uma totalidade social”.

A política destina-se a uma camada da população historicamente excluída das condições mínimas de cidadania – o público jovem e adulto trabalhador. Esse público, de uma forma geral, vivencia uma realidade social de marginalidade, cujos direitos básicos são negados e na qual a busca diária pela sobrevivência é a sua prioridade. Tais trabalhadores, que geralmente não conseguem chegar aos postos de trabalho formais e acabam atuando em frentes de trabalhos precarizadas, apresentam também uma história anterior com várias passagens pela escola, permeada por desistências, fracassos e insucessos, o que os torna desacreditados na possibilidade de mudança da sua condição socioeconômica. Esse aspecto dificulta o retorno aos estudos ou, quando isso acontece, reflete-se nos altos índices de evasão nessa modalidade.

O PROEJA surge no intuito de assegurar essa formação como um direito de oferta pública e gratuita, democratização do acesso e garantia da permanência, afirmando o compromisso de redução das desigualdades sociais existentes no país que se manifestam na distribuição de renda, bens e serviços. Apresenta ainda, o compromisso com uma escola pública de qualidade, com democratização da gestão e com a valorização docente conforme expressa no seu documento base (BRASIL, 2006b).

Para os gestores, professores e alunos, essa oferta representa uma inovação educacional há muito esperada, que cria a expectativa de formação e inserção socioeconômica. Contudo, o discurso da inclusão tem sido utilizado pelos sistemas de governo para justificar a implantação de um grande número de políticas que, muitas vezes, contribui para aumentar a exclusão, tendo em vista o distanciamento da política em relação à realidade da classe trabalhadora, favorecendo a hegemonia dominante.

Assim, neste artigo pretende-se analisar a implantação do PROEJA no Estado do Paraná e discutir, a partir dos dados e das falas dos próprios sujeitos diretamente envolvidos com os cursos, em que medida essa política, desencadeada pelo Governo Federal, está se efetivando como uma política pública de inclusão nesse Estado.

Nesse percurso de análise foram estudados os documentos legais e os dados de pesquisa realizada junto a alunos e professores das escolas estaduais que implantaram o PROEJA, em 2008, além de consulta ao Portal *dia a dia educação*, da SEED/PR. Estas fontes permitiram estabelecer um panorama do processo de implantação no Estado do Paraná e das percepções dos alunos e professores sobre essa modalidade.

O PROEJA no Paraná: implementação e desafios

O Decreto nº 5840/06 instituiu o PROEJA no âmbito federal e revogou o Decreto nº 5.478/05 (BRASIL, 2005), deixando evidente tratar-se de mais um programa de inclusão social da política da reforma do ensino profissional do Governo Lula, voltada a uma população tradicionalmente excluída da educação escolar que havia ultrapassado a idade regular de escolarização. Ter como propósito o resgate da dívida social acumulada ao longo do tempo junto à classe trabalhadora e atribuir à educação uma amplitude e complexidade dessas dimensões, são elementos que atestam as contradições entre o discurso e a realidade desse programa.

De acordo com o estipulado na legislação, a oferta do PROEJA poderia ocorrer como formação inicial e como formação integrada ao ensino médio, na modalidade de EJA, em nível técnico. No primeiro caso, os cursos deveriam apresentar carga horária de 1.600 horas, das quais no mínimo 1.200 destinadas à formação geral e 400 à formação profissional. No segundo caso, os cursos deveriam ter carga horária de 2.400 horas, das quais 1.200 para formação geral e observância da carga horária mínima da formação específica, de acordo com o previsto na Resolução 03/2008 (CNE/CEB, 2008a) e Parecer 11/2008 (CNE/CEB, 2008b), que normatizam o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.

Nesse contexto, o sentido da integração é bastante amplo e vai muito além da integração de duas modalidades de ensino (a Educação Básica em nível médio e a Educação Profissional em nível técnico), uma vez que contempla o sentido da formação que integra as dimensões fundamentais da vida e estrutura a prática social pelo trabalho, ciência e cultura. Requer ainda, um projeto político-pedagógico adequado às especificidades do ensino de jovens e adultos integrado às ações educativas representadas pela unidade entre conhecimento e trabalho e teoria e prática. Nesse sentido, o processo formativo, tradicionalmente atrelado ao setor produtivo, também confere condições para se conhecer e compreender a realidade, caracterizando a contradição da escola.

Nessa perspectiva, os cursos do PROEJA foram implantados na rede estadual de educação do Paraná, conforme explicita o Documento Orientador do PROEJA (PARANÁ, 2008), com opção pela implantação somente em nível técnico, na forma integrada e presencial, para egressos do Ensino Fundamental, com idade igual ou superior 18 anos.

O processo de implantação teve início a partir da divulgação e levantamento de demandas junto às escolas e formação continuada para professores e gestores das escolas interessadas na modalidade. Foram estabelecidos alguns critérios para a oferta nas escolas como: existência comprovada de demanda na região; interesse por parte da direção, professores e comunidade escolar; credenciamento do estabelecimento de ensino para ofertar a Educação Profissional e apresentar a devida estrutura (laboratório e biblioteca exigidos para o curso solicitado, espaço físico e professores).

De acordo com o interesse manifestado e as possibilidades estruturais a implantação foi autorizada em 72 escolas, com a oferta dos seguintes cursos: Administração, Informática, Secretariado, Enfermagem, Agente Comunitário de Saúde, Segurança do Trabalho, Nutrição, Meio Ambiente, Química, Construção Civil, Eletromecânica e Logística.

Na prática a implantação só se efetivou em 38 escolas, com a oferta inicial de 40 cursos, no primeiro semestre de 2008. No segundo semestre houve ampliação da oferta para 41 escolas e 43 cursos. Em 2009, a oferta continuou se ampliando, inclusive através de três Centros Estaduais de Educação Básica de Jovens e Adultos (CEEBJAS). Os dados da oferta são apresentados no quadro 1.

Quadro 1 - Cursos do PROEJA, por ano, escola e municípios, a partir da implantação, em 2008, na Rede Estadual de Educação do Paraná.

Indicador / Ano	2008	2009	2010	2011
Nº de Cursos	43	52	58	40
Nº de escolas	41	49	54	36

FONTE: portal *dia a dia educação* (SEED/PR).

O que chama a atenção é que no ano de 2011 houve uma redução na oferta, que se restringiu a 40 escolas e 36 cursos. Além da possível falta de demanda continuada para determinados cursos originalmente ofertados, outra explicação dessa redução pode estar relacionada à conclusão das primeiras turmas, ao final de 2010. Como o índice de evasão do período ficou em torno de 70%, isso pode ter contribuído para a inibição da reoferta ou mesmo de um planejamento que levasse a outros cursos.

Esses dados apontam para uma questão já em discussão, relacionada à problemática da evasão, principalmente no ensino noturno, que abriga em geral alunos trabalhadores. Daí surgem os seguintes questionamentos: Até que ponto a escola está atendendo a esses sujeitos?

As formas metodológicas são adequadas? O tempo escolar possibilita conciliar estudo e trabalho? Qual o nível de qualidade dos cursos ofertados no noturno? As respostas a estas questões requerem uma avaliação continuada e sistemática que aponte para novas formas de atendimento às necessidades da classe trabalhadora e assegure a qualidade da educação como direito do cidadão.

No caso específico do PROEJA, pode-se entender que a questão da evasão está fortemente relacionada a situações que compreendem desde a elaboração do currículo até a organização do trabalho escolar. A sua gênese, porém, extrapola o espaço da escola, fundando-se na própria “teia” da estrutura social, que não favorece a parte mais pobre da população.

Pesquisa empírica: análise e discussão dos resultados

A pesquisa¹ cujos dados a partir de agora são analisados, envolveu os 38 estabelecimentos de ensino estaduais que ofertaram a modalidade no início daquele ano, com o objetivo de avaliar o processo de implantação e o andamento inicial dos cursos do PROEJA no Estado. Os dados foram obtidos mediante a aplicação de um questionário semiestruturado, no ambiente escolar e nos horários de aula, dirigido aos alunos matriculados e professores atuantes nos cursos da modalidade e ofertados pela rede.

O questionário dirigido aos alunos tinha o objetivo de identificar as dificuldades quanto à frequência e ao aproveitamento do curso e colher a opinião sobre as disciplinas, os materiais didáticos e o trabalho dos professores. O que se buscava, em especial, era perceber o grau de satisfação dos alunos em relação às expectativas iniciais, uma vez que o encerramento do primeiro semestre letivo havia apresentado uma evasão de 46,7% (SEED-PR, 2008).

No questionário dirigido aos professores buscava-se captar as suas impressões em relação aos cursos, disciplinas, infraestrutura, educandos e sobre a modalidade de ensino. Tanto o questionário aplicado aos professores quanto aquele aplicado aos alunos permitiam a manifestação livre dos respondentes, com a apresentação de críticas e sugestões.

Tendo em vista a dinâmica do calendário escolar e da grade curricular, que dificultam a abordagem de todos os professores e alunos da modalidade, o que determinou a participação de 488 alunos e 349 professores.

¹ Trata-se dos dados obtidos pelo Departamento de Educação e Trabalho (DET) da SEED/PR, e oriundos de uma pesquisa de campo realizada junto a alunos e professores do PROEJA, no segundo semestre de 2008. Também foram pesquisados o portal *dia a dia educação* e do MEC/INEP.

Antes de iniciar a análise e discussão dos dados empíricos sobre o PROEJA no Paraná, é interessante verificar a distribuição dos docentes que atuam na educação profissional, de acordo com a natureza dos seus cursos de graduação.

Quadro 2 - Número de Professores na Educação Profissional com Formação Superior, Licenciados e Não Licenciados, Paraná e Brasil – 2010

Unidade	Total	Somente curso com Licenciatura	Somente curso sem Licenciatura	Possui curso com e curso sem licenciatura
Paraná	4.819	2.356	2.284	179
Brasil	54.823	36.342	18.050	431

FONTE: Elaboração dos autores, a partir de dados da Sinopse da Educação Básica (INEP, 2010).

Enquanto no Brasil a proporção de licenciados em relação aos bacharéis é de 2x1, no Paraná essa proporção é praticamente de 1x1. Os dados quantitativos não dizem muita coisa se a eles não forem agregadas outras informações qualitativas que permitam avaliar a adequação do perfil dos profissionais atuais aos desafios da modalidade.

Por suas especificidades, o PROEJA requer um professor de novo tipo, que combine a formação de nível superior no seu campo específico de atuação com a formação para a atividade docente, sem desconsiderar a especificidade do trabalho didático-pedagógico com o público alvo da modalidade: jovens e adultos trabalhadores.

Durante o período de implantação do PROEJA no Estado, a SEED/PR fixou como critérios para distribuição de aulas, além da necessária habilitação específica, a experiência com EJA na rede pública, a experiência com Educação Profissional na rede pública e a experiência com PROEJA (para os anos pós-implantação).

Sobre essa a questão da docência na educação profissional e tecnológica, Kuenzer (2010) concluiu, depois de analisar e discutir os nexos entre o trabalho pedagógico e os objetivos concretos nessa realidade, que há necessidade de se formar um professor que, no que se refere às disciplinas específicas do campo de formação que se propõe o curso técnico, deve contemplar a necessária experiência no campo de trabalho:

Da necessidade da experiência no trabalho para a qualidade do trabalho docente nas disciplinas específicas de educação profissional: neste caso, não basta a formação teórica, pois ao professor é necessário que domine, para ensinar, como o conhecimento científico fundamenta a prática laboral, conferindo significado e materialidade aos conceitos. (KUENZER, 2010, p. 508).

Se esse entendimento prevalecer, tanto a experiência requerida para o trabalho com o público-alvo (EJA) quanto a experiência com a modalidade específica (educação profissional)

precisariam ser enriquecidas com a experiência adquirida *no* e *do* trabalho, no caso das disciplinas específicas do itinerário formativo proposto pelo curso de educação profissional.

De acordo com a pesquisa realizada, 35% dos professores tinham alguma experiência com EJA e 16% com a educação profissional, o que parece pouco quando se trata da implantação de uma nova modalidade, complexificada pela intenção de integrar a educação profissional de nível médio com a educação de jovens e adultos.

Considerando que a tradição curricular das universidades se concentra na formação de professores para a Educação Básica (e para o Ensino Médio dentro dela) a partir da concepção propedêutica e dirigida a um público etário padrão, é de se imaginar que a realização do trabalho pedagógico em condições que fogem a essa concepção e que visam a atender a um público distinto, como é o caso do PROEJA, apresente mais e maiores desafios. Isso reforça a inferência de que, nesse caso, características como área de formação, faixa etária e experiência deixam de ser um mero detalhe, para se revestirem de uma importância ainda maior na etapa de implantação da modalidade.

Um indicador interessante é o que revela a satisfação de 87% dos professores com o andamento do PROEJA, seja em relação ao curso em si, seja quanto às suas disciplinas. Algumas manifestações dos professores dão a tônica do entusiasmo com a modalidade:

Cód. P-122 - A minha experiência com esse curso na disciplina de filosofia está melhor do que com o regular, pois os alunos têm mais maturidade para discutir e se expressar sobre os temas contemporâneos na perspectiva da filosofia.

Cód. P-139 - Creio ser esta uma iniciativa maravilhosa que, se bem estruturada e divulgada poderá render ótimos frutos propiciando formação adequada e abertura para inclusão no mercado de trabalho [...]

Cód. P-158 - Acho a proposta interessante e deveria ser estendida com outros cursos, uma vez que a nossa região é comercial e industrial e tende a ampliar e necessitará de pessoal qualificado. O curso de contabilidade integrado ao secretariado é uma opção. Minha satisfação com o curso é enorme, uma vez que os alunos são interessados.

Este estudo não tem entre seus objetivos discutir o grau de compreensão dos professores quanto à concepção teórico-metodológica da modalidade. Vale salientar, todavia, que pelo menos no plano discursivo, parece que a maioria dos professores está de alguma forma sensibilizada com a modalidade, seja demonstrando interesse, inquietação ou mesmo satisfação.

Tais manifestações não significam a inexistência de problemas. O gráfico a seguir apresenta as principais dificuldades, na ótica dos professores, com relação ao curso e à modalidade como um todo:

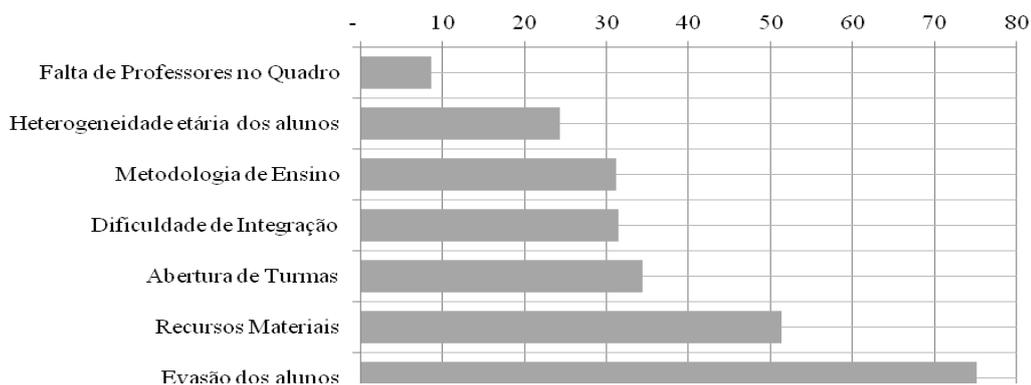


Gráfico 1 – Principais dificuldades percebidas pelos professores durante o primeiro ano de trabalho com o PROEJA – em % do total de respondentes – questão de múltipla resposta

FONTE: Elaboração dos autores a partir dos dados da SEED/PR (2008).

Algumas das percepções dos professores ecoam as mazelas do cotidiano escolar no Brasil, ainda marcado pela falta de docentes e de infraestrutura adequada. Embora importantes, não repercutem a especificidade do PROEJA, que é o que interessa mais diretamente a este estudo. Os apontamentos a seguir relacionados, que aglutinam um grande conjunto de falas dos professores, parecem sinalizar melhor os desafios da modalidade: enfrentar a alta evasão que marca os cursos destinados a jovens e adultos trabalhadores de oferta noturna; encontrar mecanismos confiáveis de oferta de cursos do interesse do público e ao mesmo tempo viáveis técnica e pedagogicamente; avançar na formação continuada dos professores com vistas ao desenvolvimento de metodologias de organização e de ensino que possibilitem a integração curricular, a interdisciplinaridade e o trabalho coletivo.

As falas dos docentes materializam os conflitos incorporados ao ambiente educacional pela política pública inclusiva em relação aos jovens e adultos trabalhadores, e ainda mais no caso da modalidade que visa ao atendimento desse público a partir de uma matriz curricular que contempla a integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional. O tensionamento que se cria na escola resulta, na prática, dos problemas estruturais que marcam a vida desses alunos-trabalhadores, conforme bem demonstra a manifestação de um docente do PROEJA:

Cód. P-101 - É um curso que gosto muito pela participação dos alunos, mas sinto pela frequência inconstante, tem dia que dou aula para três alunos e para dois no outro, preciso repetir a matéria para os que faltaram e o aluno assíduo cansa.

Aqui é importante dizer que a vida escolar pregressa dos alunos é a seguinte: 22% recém-concluíram o Ensino Fundamental na EJA; 44% estão há 5 anos ou mais sem estudar; 25% já haviam começado e abandonado o Ensino Médio; 9% já haviam concluído o Ensino Médio e mesmo assim resolveram fazer o PROEJA. Assim, percebe-se que além de trabalhar

com alunos com grande dispersão etária, essa modalidade acolhe um público com diferentes experiências escolares que vão desde o ensino fundamental regular, passando por reprovação e abandono do ensino médio regular, pela realização de estudos na EJA, até o caso curioso de alunos já certificados e que estariam em condições de prosseguir os estudos de nível superior e que optam por se matricular no PROEJA.

Não é intenção, neste artigo, explorar as possíveis causas dessa última ocorrência, que pode se relacionar, entre outras hipóteses, tanto com a falta completa de opções educacionais escolares ou de cultura/lazer (bastante comuns em municípios de pequeno porte do interior) quanto com o genuíno interesse pelo curso ofertado, ainda que no nível de certificação já obtido pelo aluno. Talvez outra investigação possa dar conta dessa curiosa constatação nos cursos do PROEJA.

A questão da baixa assiduidade e/ou pontualidade dos alunos remete àquele que talvez seja o maior desafio do PROEJA, da Educação Profissional e até mesmo do Ensino Médio de oferta noturna: a adequação dos tempos escolares às reais condições de vida, moradia, trabalho e deslocamento dos estudantes. Enquanto muitos alunos relatam a necessidade de mais tempo ou de outra organização do tempo para poder aprender, há também aqueles que verbalizam essa mesma frustração dizendo que “não podem perder tempo”, uma vez que já foram penalizados por não ter estudado na idade regular:

Cód. A-449 - O curso é uma oportunidade muito boa, mas três anos ainda é muito tempo para quem demorou tanto para estudar. Tenho medo de não ter condições de continuar, pois não posso parar de trabalhar.

Assim, no que se refere à presença nas aulas, são inúmeras as dificuldades apresentadas pelos alunos, tais como a incompatibilidade dos horários de trabalho e de aula, dificuldades de acesso tendo em vista a dependência de transporte público, a distância do local de trabalho à escola e desta à residência, entre tantos outros. Foi sobre esse conjunto de dificuldades apresentado pelos alunos que o Presidente do IPEA, em recente palestra em Curitiba, assim se manifestou:

Os brasileiros pobres que estudam e trabalham são verdadeiros heróis. Submetem-se a uma jornada de até 16 horas diárias, oito de trabalho, quatro de estudo e outras quatro de deslocamento. Isso é mais do que os operários no século XIX. (POCHMANN, 2011).

Vale lembrar que a declarada satisfação com o curso e com a modalidade por parte de 91% dos alunos que responderam a pesquisa no segundo semestre de 2008 soa paradoxal,

tendo em vista que a metade dos colegas que começaram o curso no início do ano já o haviam abandonado. Em certo sentido, os alunos que permanecem dão voz às queixas daqueles que ficaram pelo caminho:

Quadro 3 – Principais queixas apresentadas pelos alunos do PROEJA no Paraná

- Dificuldade de incorporar a rotina de estudos depois de muitos anos fora da escola.
- Falta de tempo para dar conta do excesso de trabalhos e atividades extraclasse.
- Falta de materiais didáticos.
- Dificuldade de interação entre aluno-professor.
- Falta ou não disponibilidade de espaços de aprendizagem adequados (laboratórios, bibliotecas etc.).
- Aulas muito “teóricas” e pouco “práticas”, que dificultam a compreensão.
- Dificuldade de aprendizagem.

FONTE: Elaboração dos autores a partir dos dados da SEED/PR (2008).

Assim como nas dificuldades percebidas pelos professores foi possível classificar aquelas cuja especificidade tem maior relação com a modalidade PROEJA, também no caso das respostas dos alunos é possível encontrar elementos da realidade social que se manifestam mais claramente como uma tipologia do processo educativo da modalidade. É o caso das respostas que expressam a incompatibilidade entre as estratégias de ensino e as possibilidades de aprendizagem desse público.

A associação da dificuldade de aprender (mas não impossibilidade), decorrente da descontinuidade e longo período de afastamento dos estudos, com o excesso de atividades extraclasse (incompatíveis com a disponibilidade de tempo e a capacidade de assimilação) e a falta de interação entre educando e educador, parece constituir a combinação potencializadora da própria não-aprendizagem, do desinteresse e da evasão.

As falas de alguns alunos, apresentadas a seguir, revelam alguns dos fatores que dificultam ou comprometem a efetividade do PROEJA:

Cód. A-476 - O curso é bastante difícil, gostaria que não houvesse tanta matéria, tenho medo de estar perdendo tempo pela dificuldade que estou tendo de entender.

Cód. A- 515 - O curso do Proeja é bom, mas é muito carregado de teoria já de início, por isso que o aluno desiste, deveria iniciar com disciplinas práticas para incentivar os alunos.

Cód. A- 528 - Sugerimos aulas mais dinâmicas, mesclar uma aula teórica e outra prática para melhor entendimento do assunto [...].

Demonstrando o que parece ser uma genuína intenção de contribuir para o funcionamento dos cursos, no limite de sua compreensão e no horizonte do papel que atribuem à escola, os próprios alunos apresentam pistas para o enfrentamento do problema da não-aprendizagem, que culmina, mais cedo ou mais tarde, com a evasão.

Por outro lado, há outras “leituras” que permitem vislumbrar inúmeras possibilidades e atestam a positividade do PROEJA. Já no primeiro ano do curso são inúmeros os testemunhos de alunos quanto à valorização pessoal, à melhoria da autoestima e de identificação com a escola e o curso. As falas a seguir, escolhidas para encerrar a análise e discussão dos dados, revelam o papel importante que a modalidade passou a desempenhar na vida de muitos alunos:

Cód. A-265 - Como fazia oito anos longe da escola, no começo encontrei dificuldade até para escrever, mas agora tudo está indo muito bem, pois tenho vencido minha timidez de falar com as pessoas e descobri que sou capaz de fazer muitas coisas que até então não acreditava fazer.

Cód. A-477 - Adorei ter começado o curso, melhorei como pessoa, como mãe, pois entendo mais as necessidades dos meus filhos. Gostaria que houvesse mais divulgação para que ele não corra o risco de acabar.

Cód. A-478 - Estou maravilhada com o curso, estou estimulada em até fazer uma faculdade, achava ele longo demais, mas hoje com os esclarecimentos entendi o porquê disso.

Considerações finais

Este artigo apresentou uma reflexão sobre as iniciativas recentes com vistas à implantação e avaliação inicial do funcionamento do Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, no Estado do Paraná.

Analisando e discutindo os dados da pesquisa realizada no primeiro ano de funcionamento dos cursos, os documentos legais e outros estudos disponíveis, percebeu-se que, na primeira etapa de implantação, as fragilidades dessa política se materializaram na evasão escolar e na dificuldade de formar novas turmas.

Essa análise remete a um conjunto de questões que se relacionam à pertinência de determinados cursos, a disponibilidade de infraestrutura adequada nos estabelecimentos de ensino, à formação e/ou disponibilização de um quadro docente específico para a modalidade e, principalmente, à complexidade de acolher um público que se caracteriza pela faixa etária mais elevada, defasagem educacional histórica e dificuldade de conciliar trabalho e estudo.

As falas dos alunos e professores do PROEJA mostram as tensões que a modalidade incorporou ou ampliou no espaço escolar, ao mesmo tempo em que oferecem pistas para o aperfeiçoamento da oferta. Em síntese, os dados empíricos e estatísticos disponíveis, autorizam a concluir que: embora haja problemas, as percepções de alunos e professores são positivas quando à pertinência da modalidade; alguns problemas apontados são comuns ao

Ensino Médio da rede pública, enquanto outros decorrem da especificidade da modalidade, carecendo de uma atenção especial; mesmo com as dificuldades apontadas, os alunos que permanecem acreditam na conclusão para a certificação, ou mesmo para o prosseguimento dos estudos; a evasão escolar se configura em um problema que, no contexto de um estado capitalista marcado pela busca de “produtividade” e “rentabilidade”, pode inviabilizar a continuidade da oferta.

Tais constatações indicam que o futuro dessa política pública dependerá do monitoramento permanente da sua oferta, por parte dos trabalhadores e seus intelectuais, de modo a preservá-la e aperfeiçoá-la para atender uma demanda da classe trabalhadora, historicamente marginalizada das oportunidades educacionais escolares.

Outros aspectos importantes relacionados ao objeto de estudo não puderam ser devidamente apresentados neste artigo, como as condições de oferta na rede federal ou a efetividade do PROEJA no que se refere à inserção profissional e/ou continuidade dos estudos no nível superior, o que pode dar ensejo a outros relatos.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005.** Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Brasília, DF: 24 de junho de 2005.

BRASIL. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006.** Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Brasília, DF: 13 de julho de 2006a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento base – Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA.** Brasília: SETEC, 2006b.

Clavatta, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, G.; Clavatta, M.; Ramos, M. (Org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005.

CNE/CEB – CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução 3/2008.** Dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Diário Oficial da União, Brasília, 10 de jul. de 2008a, Seção 1, p. 9. Disponível em: www.portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/rceb003_08.pdf

CNE/CEB – CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Parecer 11/2008.** Proposta de instituição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Aprovado em 12 jun. 2008b. Relator Francisco Aparecido Cordão. Diário Oficial da União, 07 de julho de 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/pceb011_08.pdf

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS
ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopses Estatísticas da Educação Básica – anos diversos. Brasília:
MEC/INEP. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>

KUENZER, A. Z. Formação de professores para a educação profissional e tecnológica. In:
DALBEN, A. I. L. de F. *et al.* (org.). **Convergências e tensões no campo da formação e do
trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

PARANÁ. **Documento Orientador da Educação Profissional Integrada à Educação de
Jovens e Adultos no Paraná**. 1ª versão. DET/SEED, 2008.

SEED/PR. Secretaria de Educação do Estado do Paraná. **Portal dia a dia educação**.
Disponível em: www.diadiaeducacao.pr.gov.br

POCHMANN, Márcio. **Pochmann: Pobres que trabalham e estudam têm jornada maior
que operários do século XIX**. Release de Palestra postado por Fernando César de Oliveira.
Curitiba: UFPR, 01 out. 2011.